

**BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**  
**ACÓRDÃO TCU 2622/2013 - PLENÁRIO**

**Planilha de composição do BDI considerando as particularidades de cada região e porte da obra ou serviço**

	AC			DF	R			L		I1	I2	I3	I4			
	Administração Central (%)			Despesas Financeiras (%)	Risco, seguros e garantia (%)			Lucro (%)		Tributos (%)				Cálculo do BDI (%)		
	De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 75.000.000,00				Seguro e 0,80%	Garantia - 1,27%	Risco - 1,27%	De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 75.000.000,00		ISS%	Cofins%	PIS%	Desoneração %			
Porte empresa/obra	1º quartil	3º quartil	Média	Média	1º quartil	3º quartil	Média	1º quartil	3º quartil	Média				Mínimo	Máximo	Média
Campo Grande - materiais e equipamentos (não desonerado)			2,00	1,61			1,33			5,11	1,50	3,00	0,65	0,00		16,38
Campo Grande - serviços (não desonerado)			4,00	1,61			2,07			7,40	1,50	3,00	0,65	0,00		22,13
Campo Grande - materiais e equipamentos (desonerado)			2,00	1,61			1,33			5,11	1,50	3,00	0,65	4,50		22,18
Campo Grande - serviços (desonerado)			4,00	1,61			2,07			7,40	1,50	3,00	0,65	4,50		28,22
Campo Grande - materiais e equipamentos (não desonerado)			2,00	1,61			1,33			5,11	2,00	3,00	0,65	0,00		17,00
Campo Grande - serviços (não desonerado)			4,00	1,61			2,07			7,40	2,00	3,00	0,65	0,00		22,78
Campo Grande - materiais e equipamentos (desonerado)			2,00	1,61			1,33			5,11	2,00	3,00	0,65	4,50		22,86
Campo Grande - serviços (desonerado)			4,00	1,61			2,07			7,40	2,00	3,00	0,65	4,50		28,93

**Observações:**

1- Cálculo do BDI

$$BDI = [ \{ (1+AC/100) (1+DF/100) (1+R/100) (1+L/100) / (1-I/100) \} - 1 ] \times 100$$

2- O BDI acima limita o teto máximo do preço final aceito pelo Órgão, mas não impede que na licitação os custos diminuam significativamente, dependendo da atratividade da obra e do número de participantes.

3- Cálculo das Despesas Financeiras

OBS: Esta fórmula é para medição MENSAL do contrato (30 dias consecutivos)

$$DF = \{ (1+j)^n / 30 \} - 1$$

$$30 \text{ dias} / 2 = 15 \text{ dias} + \text{até } 30 \text{ dias} = 45 \text{ dias}$$

j - SELIC  
n - dias

jul/23

1,07  
45

válida a partir de agosto/2023

1,61

4- Cálculo do ISS:

Observar legislação atual de cada município. O percentual é ajustado a fim de ser aplicado sobre o valor total do faturamento.

5% x 40% = 2%  
5% x 35% = 1,75%  
5% x 30% = 1,5%  
5% x 25% = 1,25%

5- Foi empregado o critério de cálculo contido no acórdão TCU 2622/2013 - Plenário.

6- Taxa de Juros Selic

A taxa de juros relativa ao mês de **julho de 2023**  
aplicável na cobrança, restituição ou compensação dos tributos e contribuições federais,  
aplicável a partir do mês de **1º de agosto de 2023 é de 1,07%.**

**LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2023, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e p

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic>

### Taxa de Juros Selic

A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de julho de 2023, aplicável no pagamento, na restituição, na compensação ou no reembolso de tributos federais, exigível a partir de 1º de agosto de 2023 é de 1,07%.

Mês/Ano	2022	2023
Janeiro	0,73%	1,12%
Fevereiro	0,76%	0,92%
Março	0,93%	1,17%
Abril	0,83%	0,92%
Maio	1,03%	1,12%
Junho	1,02%	1,07%
Julho	1,03%	1,07%
Agosto	1,17%	
Setembro	1,07%	
Outubro	1,02%	
Novembro	1,02%	
Dezembro	1,12%	

Conforme documento n. 55 do Processo nº 21986/2022

## 1 – BDI - Contribuição Social - Artigo 7º-A da Lei nº 12.546/2011:

1 – BDI - Contribuição Social - Artigo 7º-A da Lei nº 12.546/2011:

*Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5%, exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3%, e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2%:*

*III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.*

*V - as empresas de transporte ferroviário de passageiros, enquadradas nas subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0;*

*VI - as empresas de transporte metroferroviário de passageiros, enquadradas na subclasse 4912-4/03 da CNAE 2.0;*

Com base no Artigo 7º-A da Lei nº 12.546/2011 conclui-se que a alíquota correta que deverá constar no BDI é de 4,5%. No mais, entendo que essa alíquota também deve constar no BDI que envolva materiais e equipamentos, pois para a empresa optante pela desoneração a tributação é sobre o faturamento.

## 2 – Retenção - Contribuição Social – Artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021:

2 – Retenção - Contribuição Social – Artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021:

*Art. 11. A partir de 1º de setembro de 2018, no caso de contratação de empresas que estejam sujeitas à CPRB*

*para execução de serviços mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços emitida por empresas:*

*VI - de construção civil enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; e*

*VII - de construção civil de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.*

Com base no Artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021 conclui-se que a alíquota para retenção da previdência social no caso de construção civil é de 3,5%. Entendo que essa alíquota deverá ser aplicada sobre o valor total da nota fiscal, pois para a empresa optante pela desoneração a tributação é sobre o faturamento.

### 3 – BDI – ISSQN:

#### 3 – BDI – ISSQN:

Com base no sistema de apuração do ISSQN do município de Paranaíba, o percentual máximo permitido para dedução de matérias da base de cálculo do ISSQN é 40%. Dessa forma, entendo que o percentual estabelecido no BDI doc. 24 está incorreto, sendo que o cálculo correto seria  $5\% \times 60\% = 3\%$ . Entendo também que esse percentual deve incidir sobre todo o valor da contratação, tendo em vista que conforme doc. 49 serão 28,47% de mão de obra e 71,53% de materiais, com isso a tributação do ISSQN será de 5% sobre 60% da nota fiscal.

Por fim, sugiro atualizar a legislação na parte final do doc. 24 pelo artigo 7º vigente da Lei nº 12.546/2011:

*Art. 7º Até 31 de dezembro de 2023, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 14.288, de 2021)*

### 4 – Retenções de Impostos Federais – IR/CSLL/COFINS/PIS-PASEP – Receita Federal do Brasil:

#### 4 – Retenções de Impostos Federais – IR/CSLL/COFINS/PIS-PASEP – Receita Federal do Brasil:

Além dos Encargos e contribuições elencados nos itens 1 a 3, haveria ainda a retenção na fonte de tributos federais, conforme Instrução Normativa 1234/2012 que em seu Anexo I destaca que para construção civil por empreitada com emprego de materiais a alíquota de 5,85 % a ser aplicado sobre o valor total da Nota Fiscal do serviço.